

# **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

## ***Reunião ordinária de 2010 de Março 01***

-----Verificada a existência de “quórum” foi declarada aberta a reunião, pelas dez horas. -----

### **-----DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DAS ACTAS DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 15 DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E DEZ (ACTA 04).-----**

----- A acta da reunião ordinária realizada no dia 15 de Fevereiro de 2010, depois de lida foi posta à votação e aprovada por unanimidade. -----

### **----- ORDEM DO DIA -----**

----- O Presidente da Câmara propôs, nos termos e para os fins do disposto no art. 83.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, que fossem incluídos para discussão os seguintes pontos: -----

----- I. DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO-----

----- 2 - DIVISÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS -----

----- SECÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL -----

----- 3. Primeira Adenda ao Contrato da Empreitada: “Centro Náutico de Montemor-o-Velho (CAR): Fase B UP 32 A (entrada montante), UP 33 S (ciclovias sul), UP 42 (ilhas) e UP 43 (cais apenas a parte referente à Praça)” – aprovação. -----

----- III – DEPARTAMENTO DE INVESTIMENTOS MUNICIPAIS-----

----- 1 – DIVISÃO DE EQUIPAMENTOS E EDIFÍCIOS-----

----- 2. “Projecto Integrado de Regeneração urbana de Montemor-o-Velho: Ascensor Mecânico – Percurso Pedonal Assistido” -----

----- - Nova data para apresentação das propostas-----

----- IV – DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ACÇÃO SOCIAL E FAMÍLIA-----

----- 6. Acção de solidariedade a favor do Povo Madeirense – informação. -----

----- V – DIVISÃO DE DESPORTO, JUVENTUDE, TEMPOS LIVRES E TURISMO -----

----- 1. Associação Recreativa Cultural 3 de Maio – pedido de apoio – organização de Campeonato de Snooker. -----

----- VI – DIVISÃO DE APOIO ESPECIALIZADO-----

----- 2. Apreciação do “Anexo ao Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho e o ITeCons” para 2010. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a alteração à Ordem do Dia nos termos propostos pelo Presidente da Câmara. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

# **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

## ***Reunião ordinária de 2010 de Março 01***

### ----- PROPOSTAS -----

### ----- INFORMAÇÕES -----

### ----- DO PRESIDENTE DA CÂMARA -----

----- **Primeira** – O Presidente da Câmara informou que no passado fim-de-semana se registaram várias intempéries que assolaram o centro norte do País e onde o Concelho de Montemor foi fustigado, sobretudo por algumas circunstâncias manifestamente delicadas. ---

----- Em primeiro lugar, no Sábado ao longo da tarde registaram-se situações que prejudicaram o normal abastecimento energético, algumas delas provocadas pelos ventos fortes, que fizeram surgir também anomalias para o concelho do ponto de vista negativo. ----

----- Registaram-se situações mais delicadas em Arazede, Carapinheira, Meãs do Campo e Pereira. -----

----- A EDP esteve sempre em contacto consigo, enquanto responsável pela protecção civil, mas havia que reconhecer que tinha sido de tal forma o número de acontecimentos, quer dentro, quer fora do Concelho que, nalguns casos, só ao final do dia de Sábado e início de Domingo algumas dessas situações foram normalizadas, nomeadamente no que diz respeito sobretudo a linhas de média e alta tensão. -----

----- Hoje o próprio responsável da EDP fez um ponto de situação, em que pensa terem existido algumas anomalias de baixa tensão que deverão vir a ser repostas brevemente. -----

----- Não tem conhecimento de qualquer situação grave no Concelho de Montemor-o-Velho. -----

----- Em relação a esta matéria, teve oportunidade de ter uma reunião com o Senhor Ministro da Administração Interna, em Coimbra, no passado Sábado, onde estiveram presentes todos os municípios do Distrito, onde foi feito o ponto de situação sobre a estratégia política no que diz respeito a três áreas mais sensíveis: a protecção civil, a sinistralidade e a criminalidade, e outros pontos que acabaram por ser abordados, que permitiram uma partilha de opinião entre aquilo que é uma estratégia governamental dentro destas matérias e aquilo que são as preocupações divididas pelos diferentes autarcas, de acordo com estes conteúdos. -----

----- Logicamente que as preocupações que repercutiu nessa reunião cingiram-se a uma ordem de três ou quatro pontos, sendo que um deles é comum a todos os municípios. Por um lado elogiou a circunstância de finalmente terem uma chefia no Destacamento da GNR, mas também, comungou, com todos os autarcas presentes, que têm essas forças de segurança, sejam elas da PSP ou da GNR nos seus territórios, da falta de recursos humanos. --

# **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

## ***Reunião ordinária de 2010 de Março 01***

----- O Senhor Ministro disse que iriam ser salvaguardados os reforços, mas compreendem que face à circunstância vigente, é sempre delicado para um Ministro com esta pasta "discutir" com o Ministro que detém a pasta da Finanças a forma de integração destas despesas. De qualquer forma salvaguardou o reforço, em primeira instância do Posto da GNR de Montemor e numa segunda instância, com a colaboração dos Presidentes de Câmara sobretudo da Figueira da Foz e de Soure, uma vez que os Postos de Maiorca, Paião e de Soure dependem do destacamento de Montemor, do reforço destes recursos humanos. -----

----- Em relação aos Julgados de Paz, caminharam para uma autonomização destes uma vez que o seu fluxo funcional atingiu já uma dimensão que requer uma estrutura autónoma. Estava à vontade para falar neste assunto, uma vez que foi dos autarcas pioneiros neste País a trazer um Julgado de Paz em partilha com Mira e com Cantanhede, e que actualmente estão criadas todas as condições para o poder autonomizar e dar-lhe uma tónica diferenciada. -----

----- Elencou também a preocupação de uma visão de intervenção muito forte na área da protecção civil e onde os planos de emergência estão a chegar à sua fase de aprovação final: A interligação institucional entre a autarquia e outras forças de intervenção na protecção civil e na segurança, nomeadamente nesta matéria, demonstrar que a partilha da Câmara entre a criação dos EIP's, dos Sapadores Florestais e de várias intervenções conexas para poder estar apta e atenta a estas questões da protecção civil significam também uma melhor partilha com o Governo, sobretudo nas intervenções e nos apoios à manutenção do voluntariado das forças de intervenção que, concretamente, no caso do Concelho de Montemor-o-Velho são os Bombeiros Voluntários. -----

----- Os Bombeiros Voluntários de Montemor necessitam claramente de alguns apoios e o QREN vai abrir candidaturas com alguma brevidade para este fim, pelo que deveria ter uma sensibilidade muito mais próxima, embora esta situação compita às institucionalizações das entidades que referiu anteriormente. -----

----- O senhor Ministro da Administração Interna, tratando-se de Municípios de dimensões variadas de pequena, média e grande dimensão, referiu a importância dos Contratos Programas de Segurança que começam a ser desenvolvidos, sobretudo em áreas onde já existe Polícia Municipal ou onde existem circunstâncias ligadas à fragilidade social e económica que o País atravessa, que provocam necessidades de complementaridade de intervenção nesta matéria. -----

# **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

## ***Reunião ordinária de 2010 de Março 01***

----- É uma área para a qual teriam que estar atentos e preventivos, mas que logicamente que o Concelho de Montemor-o-Velho, embora tenha tido um ou outro pico, normalmente é utilizado pela comunicação social para enfatizar situações de pormenor, mas que não são situações de fundo. Quer com isto dizer que, conforme está demonstrado, nos últimos três anos, tem havido um estabilizar/decréscimo de sinistralidade e de criminalidade. Sinistralidade e criminalidade lido no ponto de vista qualitativo e não no ponto de vista quantitativo. Se olharem para o ponto de vista quantitativo o número de acidentes registados em 2009 cresceu, em relação a 2008 em 1, mas diminuiu em 5 mortos e 4 feridos graves. É aqui que pretende chegar, que em termos qualitativos houve determinado tipo de avanços. -----

----- No que diz respeito à criminalidade também se regista uma sedimentação no que diz respeito ao número total de circunstancialismos estatísticos. Já não o são do ponto de vista qualitativo, isto é, o pequeno furto, a questão patrimonial ganhou alguma relevância que pensa que é fruto e produto da própria conjuntura em detrimento do crime grave, da situação de lesão dos interesses humanos, etc. -----

----- Não poderiam ter uma situação de regozijo, porque enquanto houver um registo estatístico, nem que seja de um elemento, é problemático, é equacionável, mas de qualquer forma parece-lhe importante de registar. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Segunda** – Informou ainda que, na sequência das intempéries que assolaram o território da zona Centro, deslocou-se a Araçede o senhor Ministro da Agricultura. Esteve presente um conjunto de agricultores, oriundos de Pombal, Montemor-o-Velho, Cantanhede, Oliveira do Bairro, Póvoa do Varzim, entre outros, que sabendo da visita do senhor Ministro a este Concelho, se deslocaram para apresentar a sua preocupação face ao registo das intempéries, daquilo que aconteceu em termos das suas produções. -----

----- Logicamente que o senhor Ministro da Agricultura teve o ensejo de ouvir as diferentes facetas. Relevava que, tendo ele vivido muito recentemente uma experiência claramente, pensa que muito mais delicada do que a que foi vivida nesta região, denotou uma experiência que pode dar uma forma muito lesta e ao mesmo tempo muito objectiva de lidar com estes agricultores. -----

----- Logicamente que o levantamento está a ser efectuado desde ontem e como o senhor Ministro vai estar novamente em Montemor no próximo dia 05 de Março, ficou o ensejo de, nessa altura, ser-lhe feito um balanço da situação no Concelho de Montemor, sendo que a Direcção Regional de Agricultura vai ter um papel primordial. -----

# **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

## ***Reunião ordinária de 2010 de Março 01***

----- Naturalmente que através do Concelho de Montemor, fundamentalmente o interlocutor, de acordo com as palavras do senhor Ministro da Agricultura, será a Direcção Regional da Agricultura, o senhor Governador Civil, o senhor Presidente da Câmara de Montemor-o-Velho e o Presidente da Cooperativa Agrícola do Bebedouro, que nesta matéria tem no território que foi mais causticado por estas circunstâncias uma palavra mais evidente a dizer. -----

----- Teve a oportunidade de agradecer a visita e ao mesmo tempo de manifestar todo o empenhamento para que de facto, até sexta-feira, se possam verificar as questões que o senhor Ministro soube elencar e chamar a atenção. O que está aqui em causa é que a hipótese destas circunstâncias terem repostas, tem que ser demonstrado uma percentagem, que considera até bastante elevada (50%), face às áreas atingidas dos prejuízos causados. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Terceira** – Informou de que conforme foi já apresentado e distribuído a todos os Vereadores e membros da Assembleia Municipal, no passado dia 26 de Fevereiro, aquando da realização da Assembleia Municipal, um convite para estarem presentes na abertura do Festival do Arroz e da Lampreia, presidida pelo senhor Ministro da Agricultura. -----

----- Haverá no decurso da tarde de sexta-feira, um encontro na Câmara Municipal, sobre a discussão da temática da agricultura no Baixo Mondego e na região, que vai contar com alguns dos principais “actores” ligados a esta matéria, nomeadamente agricultores de forma individual ou associada, das áreas políticas que mais directamente gerem estas estruturas agrícolas e ambientais. Refere-se não só às estruturas descentralizadas regionais, mas também a nível central, num convite dirigido à própria comissão de Agricultura do Parlamento, para que se faça representar e possa partilhar, e até dar mais ênfase àquilo que foi a resolução da Assembleia da Republica de 2007 sobre o Baixo Mondego e ver o ponto de situação que está já desenvolvido. -----

----- Foi então entregue um convite para o dia 5 de Março, para as 18 horas e 30 minutos, para a abertura oficial. Aproveita também para fazer um convite aos senhores Vereadores para estarem presentes no próximo Sábado, dado que dirigiu vários convites a entidades regionais e a entidades autárquicas, para que nesse dia, partilhassem uma degustação, dentro daquilo que é o festival: a lampreia. -----

----- Fazia por isso este convite aos senhores Vereadores que estejam disponíveis, para serem “anfitriões” dos visitantes deste festival. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

# **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

## ***Reunião ordinária de 2010 de Março 01***

----- **Quarta** – Mais informou que o senhor Secretário do Desporto estará em Montemor-o-Velho, na sequência de um desafio feito por si, na próxima quarta feira, dia 3 de Março, por volta das 16 horas, em que vai ter o ensejo de visitar as obras que estão em curso no Centro de Alto Rendimento e ao mesmo tempo aproveitar, mediante convite feito pelo senhor Presidente da Federação Portuguesa de Triatlo para inaugurar a Casa do Triatlo de Montemor. -----

----- Terão também oportunidade de trocar impressões sobre diferentes aspectos que possam corresponder ao ensejo de terem todas estas obras do Centro de Alto Rendimento, de acordo com o que foi negociado com a Administração Central concluídas o mais rapidamente possível. -----

----- Evidentemente que este inverno não está a ajudar e com as antevisões que estão a ser feitas do período de chuva que ainda vai haver, estão a salvaguardar que pelo menos toda a parte de competição desportiva esteja devidamente concretizada a tempo da realização do Campeonato da Europa e que este tenha o prestígio que merece, do ponto de vista da competição que está prevista. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

### **----- DO VEREADOR EMÍLIO TORRÃO -----**

----- **Primeira** – O Vereador Emílio Torrão informou que a bancada do Partido Socialista expressa a sua apreensão e também total solidariedade para com os agricultores do Concelho de Montemor-o-Velho, face aos prejuízos e situações que ocorreram com os últimos temporais. -----

----- Manifestam também a sua total disponibilidade para colaborar com qualquer solução que se venha a encontrar para estas situações. -----

----- Mostram o apreço e louvam a atitude do senhor Ministro da Agricultura porque está a demonstrar que tem uma nova atitude perante os agricultores deste País e que faz uma gestão em proximidade, e o exemplo disso é a sua vinda atempada, para ver *in loco* o que ocorreu em Montemor-o-Velho. -----

----- Esperam que, apesar de saberem que a situação dos agricultores do Concelho de Montemor-o-Velho e dos Concelhos limítrofes é diferente daquela que ocorreu na Região do Oeste, nomeadamente e felizmente porque não se atingiram as percentagens estabelecidas para que accionem as linhas especiais de ajudas comunitárias, que não se fiquem só pela visita. -----

----- Acreditam que o senhor Ministro da Agricultura com esta sua nova atitude e com esta nova postura que está a demonstrar no Ministério da Agricultura, venha a ajudar

# **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

## ***Reunião ordinária de 2010 de Março 01***

efectivamente os agricultores de Montemor-o-Velho, nomeadamente os produtores hortícolas, que tal com têm referido, têm vindo a fazer um grande e notável esforço de modernização das suas culturas, e por isso mesmo, não pode ser este o motivo para que se trave esse esforço de modernização e de destaque em relação a outras regiões.-----

----- Por isso, mais uma vez entendem que esta é a postura correcta e os agricultores deste Concelho agradecem esta atitude do Ministério da Agricultura. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Segunda** – Informou ainda que, em consequência dos temporais e das situações que ocorreram, chama a atenção da Câmara Municipal, nomeadamente para o facto de se verificar e é com alguma apreensão que algumas pessoas se dirigem a ele, que existem algumas árvores que, em face daquilo que ocorreu, se encontram numa situação de poderem vir a cair para a via pública. -----

----- Assim, agradecia que os serviços da Câmara, em colaboração com a GNR, com os Bombeiros Voluntários e com as Juntas de Freguesia, fizessem um diagnostico de todos os percursos camarários e não só, para averiguar situações que possam causar perigo, nomeadamente em relação a estas árvores que estão em situação débil e que podem vir a cair para a via pública, com consequências inimagináveis. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

### **-----I. DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO -----**

#### **-----1-DIVISÃO FINANCEIRA -----**

##### **-----SECÇÃO DE CONTABILIDADE -----**

##### **-----SECÇÃO DE PATRIMÓNIO E APROVISIONAMENTO -----**

###### **----- 1 – ÁREA DE INTERVENÇÃO DO CAR -----**

###### **----- – PISTA DE ATLETISMO/PROJECTO INTEGRADO DE -----**

###### **----- REGENERAÇÃO URBANA DE MONTEMOR-O-VELHO -----**

###### **----- – EIXO VIÁRIO PEDONALIZADO LIGAÇÃO ENTRE O CENTRO ---**

###### **----- HISTÓRICO E A FRENTE RIBEIRINHA” -----**

###### **----- – AQUISIÇÃO POR VIA DO DIREITO PRIVADO/EXPROPRIAÇÃO**

###### **----- DE PARTE DO PRÉDIO N.º 2139 -----**

----- Foi presente uma informação dos serviços do teor seguinte: -----

----- “Vai a Autarquia de Montemor-o-Velho levar a efeito a obra da Pista de Atletismo/Projecto integrado de regeneração urbana de Montemor-o-Velho – Eixo viário pedonalizado ligação entre o Centro Histórico e a Frente Ribeirinha. -----

# **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

## ***Reunião ordinária de 2010 de Março 01***

----- Para o projecto em causa torna-se necessário ocupar 30,640 m2 do prédio misto descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 2139 referenciado como sendo propriedade de Fernando Manuel Pereira Coimbra Fernandes. -----

----- Para o efeito, foi já efectuada a avaliação de parcela em causa pelo perito avaliador da lista oficial, Engenheiro Júlio do Fundo Franjo, que preconizou os seguintes valores: -----

----- - Avaliação da parte urbana da parcela: € 421.085,33-----

----- - Avaliação da parte não urbana da parcela: € 68.072,40-----

----- - Desvalorização da parte sobrança: € 5.873,04-----

----- O que totaliza o valor de € 495.030,77 (quatrocentos e noventa e cinco mil e trinta euros e setenta e sete cêntimos) como a justa indemnização. -----

----- O encargo com a aquisição de terrenos é satisfeito através da dotação do orçamento para o corrente ano com a classificação orgânica – 01; económica – 070101 e inscrito no Plano Plurianual de Investimentos do corrente ano, sob o objectivo – 2; programa – 252; projecto – 2002/89 – 2. -----

----- Com o proprietário foram já estabelecidos contactos no sentido da aquisição por via do direito privado (artigo 11º do Código das Expropriações). -----

----- Neste contexto, importa que a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho delibere no sentido da aquisição por via do direito privado tendo como referência o valor constante do relatório do perito, datado de 28 de Novembro de 2008 (nº2 do artigo 11º do Código das Expropriações). -----

----- A concretização da pista de atletismo, decorre da construção do Centro de Alto Rendimento, tendo a sua localização e lay-out sido discutido e acordado com a Federação Nacional de Triatlo, bem como o seleccionador nacional de triatlo. -----

----- A pista tem uma configuração particular, mas apesar disso a pista adapta, quer ao nível do desenvolvimento das pistas, dimensionamento e materiais, as normas da International Association of Athletics Federations (IAAF), possibilitando desta maneira assegurar aos atletas um treino normalizado. A pista insere-se entre o núcleo urbano e a pista de remo, consolidando o continuum de infra-estruturas que constituirão o Centro de Alto Rendimento, procurando também, fruto do desenho da sua envolvente, constituir-se como elemento atractor, negando a exclusão a que se poderia remeter se fosse proposta como elemento encerrado ao território e à comunidade. -----

----- A execução da obra será efectuada da seguinte forma: -----



# **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

## ***Reunião ordinária de 2010 de Março 01***

----- 1.<sup>a</sup> Fase: Execução da pista de atletismo e parque envolvente (arborização e definição de “plataforma verde”) – UP1. Esta fase compreende a implementação de uma nova lógica de acessibilidades. Não obstante, enquanto não forem executados os novos arruamentos, respeitante à 2.<sup>a</sup> Fase, serão utilizados os corredores pavimentados a Norte no terreiro actual da feira para garantir o normal funcionamento das circulações viárias.-----

----- 2.<sup>a</sup> Fase: Construção dos arruamentos perimetrais ao parque e extensão da “plataforma verde” desde o limite da 1.<sup>a</sup> Fase até ao perímetro agora proposto (UP 4).-----

----- 3.<sup>a</sup> Fase: Reconstrução do parque de estacionamento (UP 2) e recuperação/ampliação do edifício do restaurante “O Mosteiro” (UP 3).-----

A justificação deste investimento prende-se com a necessidade de potenciação dos recursos existentes e a lacuna de uma infra-estrutura desta natureza no nosso país. O projecto contribui fortemente para:-----

----- a) reforço da rede nacional de Centros de Alto Rendimento;

----- b) o propósito do desenvolvimento, nos padrões de nível internacional, das modalidades de Canoagem, Natação de Águas Livres, Remo e Triatlo;-----

----- c) reforço da competitividade da região por via da capacidade de atracção que o CAR, com as condições climatéricas favoráveis do nosso país, vai seguramente suscitar;-----

----- d) o processo de valorização do Vale Mondego e de desenvolvimento de Montemor-o-Velho e do eixo urbano do Baixo Mondego;-----

----- e) a possibilidade de posicionamento do país no quadro das mais importantes competições europeias e mundiais.-----

----- A parcela de terreno a expropriar encontra-se inserida em Espaço Urbano e em Espaço Agrícola Tipo I (RAN). Encontra-se também inserida parcialmente em Reserva Ecológica Nacional e em Reserva Agrícola Nacional.-----

----- As características da mesma são:-----

----- . Área em espaço urbano (sem RAN e sem REN) = 11.731 m<sup>2</sup>-----

----- . Área em espaço agrícola (com RAN e com REN) = 18.909 m<sup>2</sup>-----

----- Existe já o reconhecimento de Interesse Público Municipal do Projecto do Centro Náutico de Montemor-o-Velho (Centro de Alto Rendimento - CAR) quer por parte do Executivo Municipal (deliberação da Câmara Municipal de 29 de Setembro de 2008) quer da Assembleia Municipal (sessão ordinária da Assembleia Municipal de 29 de Setembro de 2008), bem como reconhecimento de interesse público, conforme Despacho conjunto n.º 115/2000 e Despacho n.º 16370/2009.-----

# **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

## ***Reunião ordinária de 2010 de Março 01***

----- A proposta de Declaração de Utilidade Pública para efeitos de expropriação é da competência da Câmara Municipal, nos termos do disposto na alínea c) do nº 7 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro. -----

----- É da competência dos órgãos municipais o planeamento, gestão e realização de investimentos públicos no domínio das instalações e equipamentos para a prática desportiva e recreativa de interesse municipal, de acordo com o estipulado na alínea b) do nº 1 do artigo 21º da Lei 159/99, de 14 de Setembro. -----

----- Atendendo a que já se iniciaram as tentativas de aquisição por via do direito privado dos 30,640 m2 do prédio misto descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 2139 e que até à presente data não se obteve a anuência do proprietário, importa que o executivo municipal delibere no sentido da resolução de requerer a Declaração de Utilidade Pública, junto da Direcção Geral das Autarquias Locais.-----

----- Esta deliberação deverá ser comunicada ao expropriado nos termos do nº 5 do artigo 10º do Código das Expropriações. -----

----- Tendo em conta as características da obra mostra-se imperioso e imprescindível a atribuição de carácter urgente à presente expropriação, sob pena de não realização da mesma em tempo útil.-----

----- A ser assim, a expropriação para a obra de interesse público supra identificada, com carácter de urgência tem enquadramento legal no disposto no artigo 15.º da Código das Expropriações. -----

----- Considerando a urgência deste processo os trabalhos iniciar-se-ão assim que a Câmara Municipal tome a posse administrativa dos bens a expropriar, nos termos do nº 1 do artigo 19º do CE. -----

----- Mais se propõe que, em simultâneo – e não obstante o carácter de urgência que vier a ser atribuído à expropriação – se continue proceder à tentativa de aquisição por via do direito privado, pelo que a notificação que vier a ser feita nos termos e para os efeitos do n.º 5 do artigo 10.º do Código das Expropriações deverá conter uma proposta para cumprimento daquele desiderato.” -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade requerer a Declaração de Utilidade Pública, junto da Direcção Geral das Autarquias Locais. -----

----- Mais deliberou comunicar esta deliberação ao expropriado, nos termos do nº 5 do artigo 10º do Código das Expropriações. -----

----- Deliberou ainda proceder à tentativa de aquisição por via do direito privado, pelo que a notificação que vier a ser feita nos termos e para os efeitos do n.º 5 do artigo 10.º do

# **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

## ***Reunião ordinária de 2010 de Março 01***

Código das Expropriações deverá conter uma proposta para cumprimento daquele desiderato. -----

----- Foi ainda deliberado remeter cópia da presente deliberação à Assembleia Municipal, para conhecimento.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos.-----

### **----- 2 – AQUISIÇÃO DO QUIOSQUE, SITO NO LARGO JOSÉ NÁPOLES,- ----- EM MONTEMOR-O-VELHO -----**

----- Foi presente uma informação da Directora de Departamento Administrativo e Financeiro do teor seguinte: -----

----- “1. Sob o requerimento n.º 15462 de 25/11/2009, a Sra. D. Donzília Pessoa Campos vem propor a esta Câmara Municipal a aquisição do seu quiosque, mencionado em epígrafe. Através do requerimento n.º 2113 de 09/02/2010, a requerente aponta o valor de 2.500€.

----- Ora, tendo em conta o interesse que essa compra tem e face aos “estudos de mercado” realizados pelo GEP, sou da opinião que esta Câmara Municipal pode apreciar a presente proposta, pronunciar-se acerca da possível compra daquela estrutura amovível.----

----- 2. Relativamente ao pedido apresentado pela mesma requerente para autorização da cessação da ocupação do terrado municipal a partir a partir do dia 31 de Dezembro de 2009, entende-se que também a Câmara Municipal deverá apreciar o mesmo. Para o efeito, informa-se que as taxas foram pagas até essa mesma data e que considera justificável o não pagamento em Janeiro e Fevereiro de 2010 (60€/mês), atendendo a que desde Dezembro decorriam contactos no sentido de avaliar do eventual interesse da Autarquia na aquisição do quiosque.” -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade adquirir o quiosque à Sra. D. Donzília Pessoa Campos, pelo valor de 2.500€. -----

### **----- 3 – AQUISIÇÃO DO ARTIGO MATRICIAL 4755, SITO NA FREGUESIA ----- DE ARAZEDE, DESTA CONCELHO, DESTINADO AO PÓLO----- ----- LOGÍSTICO E INDUSTRIAL DE ARAZEDE (PLIA) -----**

----- Foi presente uma informação dos serviços que de teor seguinte: -----

----- “Tendo-se dado início a uma nova fase de aquisição de terrenos destinados à instalação do Projecto do Pólo Logístico e Industrial de Arazede (PLIA), torna-se necessário proceder à aquisição do artigo matricial rústico n.º 4755, da freguesia de Arazede, com a área de 1.568,32 m², propriedade de Álvaro Francisco Coca e Maria Estrela Mendes, identificada na planta do perímetro projectado para o referido Pólo Logístico como Parcela n.º 87.- -----

# **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

## ***Reunião ordinária de 2010 de Março 01***

----- De acordo com os preços que vêm sendo praticados para aquisição de terrenos para o PLIA, foi proposto o preço por metro quadrado de 2,50 euros, o que para a presente parcela importa o preço total de 3.920,80 euros, valor que foi aceite pela proprietária. -----

----- Propõe-se, em conformidade, que a Câmara Municipal delibere adquirir o artigo matricial rústico n.º 4755, com a área total de 1.568,32 m², identificado na planta de perímetro projectado para o referido Pólo Logístico como Parcela n.º 87, da referida freguesia de Arazede pelo preço global de 3.920,80 euros, ao abrigo do disposto na alínea f), do n.º1, do art.º 64º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção que lhe foi introduzida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.” -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade adquirir o artigo matricial rústico n.º 4755, com a área total 1.568,32 m², identificado na planta do perímetro projectado para o referido Pólo Logístico como Parcela n.º 87, da referida freguesia de Arazede pelo preço global de 3.920,80 euros. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

### **----- SECÇÃO DE FINANÇAS LOCAIS -----**

#### **----- TESOURARIA -----**

##### **----- 1 - RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA -----**

----- Foi presente o Resumo Diário de Tesouraria, relativo ao dia 26 de Fevereiro do corrente ano, acusando um saldo para o dia seguinte, em Operações Orçamentais, de 605.025,81 € (seiscentos e cinco mil e vinte e cinco euros e oitenta e um centimos) e em Operações de Tesouraria de 354.980,96€ (trezentos e cinquenta e quatro mil novecentos e oitenta euros e noventa e seis centimos). -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

##### **----- 2 - DIVISÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS -----**

#### **----- SECÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL -----**

##### **----- 1 – CONTRATO DA EMPREITADA: “CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO DE ARRUAMENTOS NAS POVOAÇÕES: FREGUESIA DE SANTO VARÃO (URBANIZAÇÃO DA LUZ)” ----- – APROVAÇÃO -----**

----- Foi presente uma informação dos Serviços de Notariado de teor seguinte: -----

----- “Na sequência da deliberação da Reunião de Câmara de 18 de Janeiro de 2010, na qual foi adjudicada a empreitada supra e para os efeitos no disposto no artigo 98.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, junto se envia a minuta para a devida aprovação.

----- Mais se informa que, de acordo com as alíneas b), d), e) e i), do artigo 55º do referido Decreto – Lei, foram apresentados pela empresa Centro Cerro – Empresa de Construção

# **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

## ***Reunião ordinária de 2010 de Março 01***

Civil e Obras Públicas, S.A., os documentos necessários para a celebração do referido contrato.-----

----- Foi ainda apresentada caução destinada a garantir a sua celebração, bem como o exacto e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que assume com essa celebração (artigo 88.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro).-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a minuta do contrato da empreitada: "Conservação e reparação de arruamentos nas povoações: freguesia de Santo Varão (Urbanização da Luz)", que consta como documento anexo à presente acta sob o número um.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos.-----

### ----- **2 – PRIMEIRA ADENDA AO CONTRATO DA EMPREITADA:** -----

----- "CENTRO NÁUTICO DE MONTEMOR-O-VELHO (CAR): -----

----- FASE F UP 43 CAIS (PARTE RESTANTE) E UP 51 EDIFÍCIO -----

----- (PARTE RESTANTE)"-----

### ----- **- APROVAÇÃO** -----

----- Foi presente uma informação dos Serviços de Notariado de teor seguinte: -----

----- "Na sequência do Pedido de Esclarecimentos solicitado pelo Tribunal de Contas em 26 de Janeiro de 2010, verificou-se, tendo presente as informações de cabimentos prestadas, que se deveria proceder à rectificação através de adenda, da cláusula 2.ª, último paragrafo do referido contrato, porquanto apenas se fez constar a acção 3/9 (cais), quando se deveria também ter feito constar a acção 4/1 (edifício).-----

----- Assim deverá a presente Adenda ser submetida à Reunião de Câmara para aprovação, conforme o disposto no artigo 98.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro."-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por maioria, com cinco votos a favor da Coligação Montemor Sempre e duas abstenções dos Vereadores do Partido Socialista, aprovar a primeira adenda ao contrato da empreitada: "Náutico de Montemor-o-Velho (CAR): Fase F Up 43 Cais (Parte Restante) e Up 51 Edifício (Parte restante)", que consta como documento anexo à presente acta sob o número dois.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos.-----

----- "Os Vereadores do Partido Socialista abstêm-se, em conformidade com a posição anteriormente assumida em reunião de Câmara".-----

### ----- **3 – PRIMEIRA ADENDA AO CONTRATO DA EMPREITADA:** -----

----- "CENTRO NÁUTICO DE MONTEMOR-O-VELHO (CAR): FASE B ---

----- UP 32 A (ENTRADA MONTANTE), UP 33 S (CICLOVIA SUL), UP 42

# **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

## ***Reunião ordinária de 2010 de Março 01***

----- (ILHAS) E UP 43 (CAIS APENAS A PARTE REFERENTE À PRAÇA)" -

----- - APROVAÇÃO-----

----- Foi presente uma informação dos Serviços de Notariado de teor seguinte: -----

----- "Na sequência do Pedido de Esclarecimentos solicitado pelo Tribunal de Contas em 26 de Janeiro de 2010, verificou-se, tendo presente as informações de cabimentos prestadas, que se deveria proceder à rectificação através de adenda, da cláusula 2.<sup>a</sup>, último paragrafo do referido contrato, porquanto apenas se fez constar a acção 3/8 (ilhas), quando se deveria também ter feito constar as acções 3/9 (cais - UP 43); 5/5 (entrada montante - UP 32 A) e 5/8 (entrada montante - IP 33 S).-----

----- Assim deverá a presente Adenda ser submetida à Reunião de Câmara para aprovação, conforme o disposto no artigo 98.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro." -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por maioria, com cinco votos a favor da Coligação Montemor Sempre e duas abstenções dos Vereadores do Partido Socialista aprovar a primeira adenda ao contrato da empreitada: "Centro Náutico de Montemor-o-Velho (CAR): Fase B UP 32 A (entrada montante), UP 33 S (ciclovias sul), UP 42 (ilhas) e UP 43 (cais apenas a parte referente à Praça)", que consta como documento anexo à presente acta sob o número três.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- "Os Vereadores do Partido Socialista abstêm-se, em conformidade com a posição anteriormente assumida em reunião de Câmara".-----

----- **SECÇÃO DE APOIO AOS ORGÃOS** -----

----- **SECÇÃO DE RECURSOS HUMANOS** -----

----- **II - DEPARTAMENTO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO** -----

----- **1 - INFORMAÇÃO A QUE SE REFEREM OS ART.S 65º E 69.º DA-----**

----- **LEI Nº 169/99 DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO -----**

----- **DADA PELA LEI Nº 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO. -----**

----- Foi presente uma informação, referente ao artigo 65º e 69º da Lei número 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção da Lei número 5 -A/2002, de 11 de Janeiro, no tocante às decisões tomadas no âmbito deste Departamento, no período compreendido entre o dia 15 e o dia 26 de Fevereiro do corrente ano (documento anexo à presente acta sob o número quatro).-----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **2 - OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO E OBRAS DE URBANIZAÇÃO,-----**

----- **EM NOME DE PROLOTE - URBANIZAR, CONSTRUIR, COMPRA E --**

# **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

## ***Reunião ordinária de 2010 de Março 01***

----- VENDA DE IMÓVEIS, LDA. -----

----- - ANÁLISE DE ELEMENTOS ENTREGUES - PROC.º 11/1999 -----

----- Na sequência dos elementos apresentados pela Empresa loteadora, os Serviços fizeram o ponto da situação do processo, na informação DOT nº 21-TR/2010. -----

----- Neste contexto, deverá a Câmara Municipal deliberar sobre:-----

----- a) se aceita a “prorrogação de prazo de 90 dias” proposta pela requerente para execução dos trabalhos propostos pela mesma sob o registo de entrada nº 103/2009; -----

----- b) se concede um novo prazo para que a requerente apresente novo pedido para conclusão/correção das obras de urbanização, uma vez que esta manifesta vontade de fazer algumas obras; -----

----- c) se procede ao accionamento da caução para execução das obras em falta e correção/execução dos trabalhos necessários. -----

----- Usou da palavra o Presidente da Câmara dizendo que gostava que este assunto fosse partilhado com o Executivo, uma vez que já o foi com o Executivo anterior, tendo havido uma assumpção unânime sobre esta matéria. -----

----- Assim gostava de deixar duas notas: -----

----- A primeira é a de que anda saturado com este processo. E não é nem terá que ser defensor de interesses particulares e privados, em detrimento do bem público.-----

----- Em segundo lugar, contudo, também considera que esta forma de estar não poderá propiciar que seja o lado “municipal” a ter que desenvolver demarches e questões para depois repor essas mesmas circunstâncias que são nefastas, sobretudo para todos os utentes e residentes daquela urbanização. -----

----- Pretendia dizer com isto que seria uma forma, tal como se veio a verificar na Urbanização da Luz, de circunstancialismos em que não é só accionar as garantias bancárias. Surgem outras problemáticas, surgem questões de assumpção de responsabilidades, porque no quotidiano as populações e os habitantes depois têm um face a face completamente diferente e nas circunstâncias em que desenvolveram algumas dessas iniciativas, no que diz respeito à Urbanização da Luz, ainda hoje, incrivelmente, sentem as pressões de quem não cumpriu, pretensamente legalizando-se perante circunstancialismos que não está disponível para enfrentar, enquanto Presidente da Câmara. -----

----- Assim teriam que ponderar entre uma situação e a outra. Considera que a atitude do executivo tem que ser bem fundamentada, sobretudo numa circunstância, não do ponto de vista jurídico ou institucional, uma vez que esta tem que estar salvaguardada, mas sim do ponto de vista da cidadania, isto é, do usufruto que aqueles residentes requerem e que ele,

# **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

## ***Reunião ordinária de 2010 de Março 01***

em nome de todos, acha que devem requerer. Porque claramente esta circunstância é imediata, necessária e oportuna.-----

----- Gostaria de ouvir opiniões dos restantes membros do executivo, mas manifesta desde logo circunstancialismo de achar que a paciência se esgotou e que qualquer tramitação negocial, para que haja um prazo adicional, tem que ter constrangimentos definitivamente castradores de qualquer solução alternativa, que passe por aquilo que estão a viver neste momento. -----

----- Usou da palavra o Vereador Emílio Torrão dizendo que não poderia estar mais de acordo com o Presidente da Câmara. Considera que esta situação é perfeitamente intolerável e portanto o senhor Presidente da Câmara disse aquilo que devia ser dito. Este requerente tem que, de uma vez por todas, definir aquilo que pretende. Não é o Município que tem que resolver os seus problemas. -----

----- Parece-lhes que as pessoas que adquiriram as suas habitações, e aquisição de uma habitação é um acto importante na vida das pessoas, mereciam e merecem outro tipo de respeito por parte de quem anda no mercado.-----

----- Não se pode pensar só em vender, é preciso respeitar os compradores. Por isso mesmo não poderia estar mais de acordo com o senhor Presidente da Câmara. A situação é inaceitável e por isso mesmo a Câmara, para além dos formalismos, tem que reclamar em nome dos seus munícipes e daqueles utentes deste promotor aquilo que é devido.-----

----- Contudo, parece-lhes que do ponto de vista estratégico deveria ser concedido um novo prazo. Assim, tal como disse o senhor Presidente da Câmara, pensa que este promotor não tem que pedir só um novo prazo, tem que esclarecer definitivamente aquilo que pretende fazer, porque parece que continuam a ter "mais do mesmo". -----

----- Não sabia se iam deliberar esta prorrogação de prazo, mas parece-lhe que têm que ter mais esclarecimentos deste promotor.-----

----- Retomou a palavra o Presidente da Câmara dizendo que não deviam prorrogar o prazo por 90 dias, reduzindo este prazo, isto porque já houve outras prorrogações.-----

----- Assim e se houver consenso das duas bancadas, propunha que a Câmara concedesse um prazo de 60 dias, com a obrigatoriedade de que na próxima reunião de Câmara o senhor Director de Departamento de Ordenamento do Território traga uma "radiografia" daquilo que foi definitivamente assumido pelo promotor do loteamento.-----

----- Em Maio agendariam uma reunião de Câmara em Pereira para visitar este loteamento, caso a situação não esteja resolvida. Caso contrário, accionariam todo o procedimento, não só de acordo com aquilo que a Lei os obriga, mas também terão que



# **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

## ***Reunião ordinária de 2010 de Março 01***

recorrer a outros sistemas, que possam salvaguardar circunstancialismos em que, e volta a referir, a Câmara acaba por estar a substituir, o benefício foi utilizado particularmente e a reposição das coisas têm sempre um carácter público que custa a todos.-----

----- Retomou a palavra o Vereador Emílio Torrão dizendo que estão de acordo com a redução para os 60 dias propostos pelo senhor Presidente da Câmara. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade conceder ao requerente o prazo de 60 dias para execução dos trabalhos, nas condições acima mencionadas. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

-----1 - DIVISÃO DE PLANEAMENTO TERRITORIAL-----

-----2 - DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL -----

-----SECÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA E APOIO AO MUNÍCIPE -----

-----III – DEPARTAMENTO DE INVESTIMENTOS MUNICIPAIS -----

-----1 – DIVISÃO DE EQUIPAMENTOS E EDIFÍCIOS -----

----- 1 – CENTRO NÁUTICO DE MONTEMOR-O-VELHO (CAR):-----

----- FASE B – UP13 (CANAL DE RETORNO) -----

----- - PLANO DE TRABALHOS, PLANO DE PAGAMENTOS E -----

----- CRONOGRAMA FINANCEIRO, DEFINITIVOS -----

----- Foi presente uma informação dos serviços acompanhada do Plano de Trabalhos, Plano de Pagamentos e Cronograma Financeiro definitivos, apresentados pelo empreiteiro adjudicatário da obra em epígrafe, referindo que estes estão em condições de ser aceites. -

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por maioria, com duas abstenções dos Vereadores do Partido Socialista e cinco votos a favor da Coligação Montemor Sempre, aprovar o Programa de Trabalhos, Plano de Pagamentos e Cronograma Financeiro definitivos. -----

----- Esta deliberação foi aprovada e minuta para produzir efeitos imediatos. -----

-----Ausentou-se a Vereadora Isabel Quinteiro. -----

-----O ponto seguinte foi introduzido na Ordem do Dia. -----

----- 2 – “PROJECTO INTEGRADO DE REGENERAÇÃO URBANA DE -----

----- MONTEMOR-O-VELHO: ASCENSOR MECÂNICO -----

----- – PERCURSO PEDONAL ASSISTIDO” -----

----- - NOVA DATA PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS-----

----- Foi presente uma informação dos serviços a informar que, no seguimento da delegação de competências efectuada no júri do concurso mencionado em epígrafe, o mesmo já tinha dado seguimento à lista de erros e omissões apresentadas pelos

# **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

## ***Reunião ordinária de 2010 de Março 01***

concorrentes na plataforma electrónica, bem como fixado novas datas de entrega e abertura das propostas nos termos do nº 2 do art.º 64º do Decreto-Lei nº 18/2008 de 29 de Janeiro, sendo estas entregues até às 23H00 do dia 05/03/2010, e abertas no dia 08/03/2010, pelas 9H00.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por maioria, com quatro votos a favor da Coligação Montemor Sempre e duas abstenções dos Vereadores do Partido Socialista, o seguinte: -----

----- Um – Tomar conhecimento da lista de erros e omissões.-----

----- Dois – Ratificar o acto praticado pelo júri, no que diz respeito a data de entrega e abertura das propostas. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos.-----

----- Os Vereadores do Partido Socialista abstêm-se, em conformidade com a posição anteriormente assumida em reunião de Câmara. -----

----- **Voltou a tomar parte da reunião a Vereadora Isabel Quinteiro.** -----

### **----- 2 - DIVISÃO DE SISTEMAS AMBIENTAIS -----**

#### **----- 1 – ETAR PARA ESGOTOS DE LICEIA, GATÕES E SEIXO -----**

##### **----- – CONCEPÇÃO E CONSTRUÇÃO -----**

##### **----- - SITUAÇÃO DA OBRA -----**

----- Foi presente uma informação dos serviços referindo que no seguimento da adjudicação da empreitada em epígrafe e da notificação efectuada ao líder do consórcio para prestar caução e do envio da minuta do contrato, veio a empresa Leirislena, Engenharia e Construção, S.A comunicar que a consorciada OH2 – Águas, Técnica e Serviços, Lda. tinha declinado a sua disponibilidade para a realização da empreitada.-----

----- Mais se informa que o processo foi analisado pelo Gabinete Jurídico desta Câmara Municipal (documento anexo à presente acta sob o número cinco) tendo posteriormente sido solicitado ao concorrente classificado em segundo lugar, Guilherme Gonçalves Correia & Filhos, Lda., se manteria a proposta que apresentou ao concurso, o qual respondeu afirmativamente. -----

----- Tomou a palavra o Director de Departamento para dizer que a adjudicação da empreitada ao concorrente classificado em segundo lugar, não apresenta quaisquer custos adicionais para a Câmara Municipal. -----

----- Usou da palavra o Vereador Emílio Torrão dizendo que cumpridos os formalismos legais, a Bancada do Partido Socialista nada tem a opor ao procedimento, chamando a atenção que para a parte final do parecer, que lhes parece bem elaborado é que estas

# **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

## ***Reunião ordinária de 2010 de Março 01***

entidades se causaram prejuízos à Câmara, estes devem ser averiguados e a Câmara ressarcida de eventuais prejuízos que tenha sofrido com esta situação. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e após análise do processo em causa, deliberou por unanimidade o seguinte: -----

----- Um – Revogar a deliberação tomada em reunião de Câmara de 23 de Novembro de 2009, com base na informação do Gabinete Jurídico. -----

----- Dois – Manifestar a intenção de adjudicar a empreitada em epígrafe ao concorrente classificado em segundo lugar, Guilherme Gonçalves Correia & Filhos, Lda., pelo montante de 1.064.765,35 € (um milhão e sessenta e quatro mil setecentos e sessenta e cinco euros e trinta e cinco cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal, pelo prazo de execução de 210 dias seguidos, acrescido de 60 dias para execução do projecto final. -----

----- Três – Aprovar esta deliberação em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

### **-----IV. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ACÇÃO SOCIAL E FAMÍLIA -----**

#### **----- 1 – DRAMATURGIA DE PEREGRINAÇÕES, DE JOÃO MARIA ANDRÉ -**

#### **----- - APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA DE CO-EDIÇÃO COM A-----**

#### **----- IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA -----**

----- Foi presente uma informação dos serviços do teor seguinte: -----

----- “Venho por este meio informar sobre a proposta apresentada pela Imprensa da Universidade de Coimbra no sentido de ser editada a dramaturgia, autoria de João Maria André, do Espectáculo “Peregrinações”, projecto âncora das comemorações dos quinhentos anos sobre o nascimento de Fernão Mendes Pinto – Fernão Mendes Pinto, 500 Anos – e que se encontra já a decorrer numa co-produção entre esta Autarquia e O Teatrão. -----

----- A ser editada na Colecção “Dramaturgo” a Imprensa da Universidade de Coimbra propõe uma parceria na edição que poderá ser materializada sob duas formas: apoio municipal na aquisição de exemplares ou edição conjunta. -----

----- Sendo assim, tenho a informar o Senhor Presidente do seguinte: -----

----- (1) O projecto apresentado não só representa uma mais-valia para as comemorações, mas também uma forma de eternizar o Espectáculo “Peregrinações” com uma óbvia minimização das despesas e rentabilização dos recursos existentes; -----

----- (2) Tendo em conta as opções apresentadas a publicação em regime de co-edição com a Imprensa da Universidade de Coimbra afigurasse-nos como um cenário que só enobrece a política editorial desta Autarquia, sendo exemplo a parceria já estabelecida com a Imprensa Nacional Casa da Moeda SA; -----

# **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

## ***Reunião ordinária de 2010 de Março 01***

----- (3) Em caso de anuência superior a materialização desta parceria poderá ser feita mediante a celebração de um Protocolo de Colaboração, tal como está a ser levado a cabo em exemplos similares com o Museu Nacional de Machado de Castro e com o Arquivo da Universidade de Coimbra. Neste cenário os custos financeiros desta publicação serão de 3000 €, ficando a Autarquia com um encargo financeiro de 1500 €". -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar o Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho e a Imprensa da Universidade de Coimbra, no âmbito das Comemorações dos 500 Anos sobre o Nascimento de Fernão Mendes Pinto, que consta como documento anexo à presente acta sob o número seis.-----

### **----- 2 – ACTIVIDADES COM OS GRUPOS FOLCLÓRICOS DO-----**

#### **----- CONCELHO -----**

#### **----- - EXPOSIÇÃO DE TRAJES/INSTRUMENTOS E OUTROS-----**

----- Foi presente uma informação dos serviços do teor seguinte: -----

----- "Pretende-se com esta actividade dar a conhecer ao público em geral e aos jovens em particular, os trajes, os costumes, as tradições, enfim tudo o que se relaciona com a cultura de um povo, e neste caso concreto com a cultura da Nossa Região. -----

----- Pretende-se igualmente que os grupos do nosso concelho, realizem outro tipo de actividades que não seja somente os Festivais de Folclore.-----

----- Assim, propunha que a referida actividade (como conta do plano de actividades apresentado), se realizasse de 29 de Maio a 19 de Junho do corrente ano.-----

----- Actividades -----

----- Exposição (Galeria Municipal)-----

----- Palestra "O Espólio Representado - Seu Significado-----

----- Esta será da inteira responsabilidade dos grupos. -----

----- Lançamento de uma " Brochura" sobre os Grupos Folclóricos do Concelho-----

----- Abertura da exposição às escolas do Concelho -----

----- Actividades com os grupos aos fins-de semana-----

----- Recriação de uma Feira à moda antiga -----

----- Encontro de Folclore -----

----- Lanche /convívio -----

----- Com esta iniciativa, os gastos existentes são somente com a edição da " brochura" e com o lanche/convívio, podendo a "brochura" ser comparticipada pelo Projecto Cantata.

Assim, prevê-se gastar 2000,00€.-----

# **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

## ***Reunião ordinária de 2010 de Março 01***

----- Caso não se efectuem nem a edição da "brochura", nem a actividade de encerramento (Festival e lanche/convívio) não haverá despesas para a Autarquia". -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a referida actividade que terá lugar de 29 de Maio a 19 de Junho do corrente ano. -----

### **----- 3 – GRUPO FOLCLÓRICO DA CARAPINHEIRA -----**

#### **----- – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO-----**

----- Foi presente uma informação dos serviços do teor seguinte: -----

----- O Grupo Folclórico da Carapinheira pretende realizar a gravação de um CD, o qual permita divulgar as danças e cantares tradicionais do Baixo Mondego, bem como permita a preservação das mesmas. -----

----- Assim, e estando previsto no Regulamento de Apoio ao Associativismo, ponto 7, o apoio a projectos de Investigação, de Edição e de Criação, proponho a atribuição de 750,00€ ao Grupo Folclórico da Carapinheira, a fim de custear a edição dos CD's". -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a atribuição de 750,00€ ao Grupo Folclórico da Carapinheira. -----

### **----- 4 – ACADEMIA MUSICAL ARAZEDENSE -----**

#### **----- – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO-----**

----- Foi presente uma informação dos serviços do teor seguinte: -----

----- "A Academia Musical Arazedense vai organizar no próximo dia 21 de Fevereiro do corrente um Concerto de Solidariedade a Favor das Vítimas do Terramoto do Haiti. -----

----- Este concerto conta com a participação de algumas bandas de música locais e nacionais. -----

----- Assim, como forma desta Autarquia se associar a esta causa, propõe-se a atribuição de um subsídio de 300,00€ à Academia Musical Arazedense, a fim de ajudar a custear as despesas tidas com o evento". -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a atribuição do subsídio de 300,00€ à Academia Musical Arazedense. -----

### **----- 5 – COMEMORAÇÃO DO DIA MUNDIAL DA FLORESTA -----**

----- O Vereador do Pelouro informou que uma das comemorações que fazem parte dos projectos curriculares das escolas e que se interligam directamente com os conteúdos programáticos do Pré-Escolar, Ensino Básico e Secundário é a que está relacionada com a temática do "Dia Mundial da Floresta " que se comemorará no dia 21 de Março (domingo).

----- A edilidade tem por hábito todos os anos assinalar e associar-se a esta data oferecendo aos alunos matriculados nas 24 escolas do 1º CEB e crianças a frequentar os 11

# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

## Reunião ordinária de 2010 de Março 01

Jardins de Infância, num total de 1180 alunos, um produto alusivo que recorde este dia e a importância do tema que lhe está subjacente.-----

----- Se for entendimento da Câmara Municipal dar continuidade a todo este processo, propunha a aquisição à empresa J. Catarro, Publicidade, sediada em Soureos seguintes produtos:-----

----- 1. CEB: 860 unidades de "Bola de cintura Crown" – com a frase gravada – "Dia Mundial da Árvore – EU SOU TEU AMIGO", e o brasão do Município;-----

----- 2. Pré-Escolar: 320 unidades da "Bola insuflável de 330 mm com vários animais" com a frase gravada – "Dia Mundial da Árvore - EU SOU TEU AMIGO", e o brasão do Município; ----

----- Estes funcionarão como a sensibilização das crianças que frequentam as escolas do 1º CEB e JI do concelho para a importância de proteger e preservar a floresta e alertar as crianças para as questões ambientais.-----

----- Em articulação com o Gabinete Técnico Florestal da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho serão distribuídos a cada aluno material informativo e didático (panfletos, jogos educativos, bloco de notas, esferográficas, régua, lápis,...).-----

----- Querendo alargar esta iniciativa a todos os estabelecimentos de ensino do concelho, para além dos brindes que serão distribuídos por todos os alunos e crianças dos níveis de ensino supra citados, a edilidade 40 árvores autóctones, que serão distribuídas pelos estabelecimentos do pré-escolar, escolas básicas do 1.º, 2.º e 3.º ciclos e ensino secundário, profissional e APPACDM, para que haja uma sensibilização e o envolvimento Municipal neste dia especial para a preservação dos ecossistemas florestais e defesa ambiental.-----

----- Assim para viabilizar esta iniciativa, proponho à Câmara Municipal a disponibilização de 1.377,60€ (mil trezentos e setenta e sete euros e sessenta cêntimos), S/IVA incluído (orçamento anexo), para aquisição dos brindes supra referidos.-----

----- Previsão orçamental-----

### Previsão orçamental

Produto	C/ unitário	Quantidade	Total
<b>Brinde Bola de cintura Crown</b>	1,20 €	860 unidades	<b>1.032,00€ s/ IVA</b>
<b>Bola insuflável de 330 mm com vários animais</b>	1,08€	320 unidades	<b>345,60 € s/ IVA</b>
			<b>1.377,60 € s/ IVA</b>

# **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

## ***Reunião ordinária de 2010 de Março 01***

----- Propôs ainda que a distribuição deste material será efectivado por recursos humanos da Câmara em viaturas da mesma. A distribuição efectuar-se-á em antecipação nos dias 17, 18 e 19, já que o dia 21 de Março corresponde a um Domingo." -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar as propostas apresentadas pelo Vereador do Pelouro. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- **O ponto seguinte foi introduzido na Ordem do Dia.** -----

----- **6 – ACÇÃO DE SOLIDARIEDADE A FAVOR DO POVO MADEIRENSE**

----- **– INFORMAÇÃO**-----

----- Foi presente a informação dos serviços do teor seguinte: -----

----- "A Câmara Municipal associou-se à iniciativa "Auto-Estrada da Solidariedade" promovida pela Associação Naval 1º de Maio, com a realização de um jogo de futebol entre o referido Clube e o Clube Sport Marítimo, que terá lugar no próximo dia 27 de Fevereiro pelas 16 horas, no Estádio Municipal José Bento Pessoa. -----

----- Esta iniciativa tem como objectivo angariar um fundo que minimize os danos causados pela intempérie, pelo que a receita obtida com a venda de bilhetes reverterá na totalidade a favor do Povo Madeirense. -----

----- Os bilhetes de ingresso serão vendidos ao preço simbólico de 5,00€ cada um, de modo a promover a adesão de um grande número de pessoas ao jogo. -----

----- No sentido de colaborar nesta iniciativa a Câmara Municipal procedeu à aquisição de 100 bilhetes que foram distribuídos da seguinte forma: -----

----- - Agrupamento de Escolas de Arazede foram entregues 20 bilhetes; -----

----- - Agrupamento de Escolas de Carapinheira foram entregues 15 bilhetes; -----

----- - Agrupamento de Escolas de Montemor foram entregues 25 bilhetes; -----

----- - Associação Diogo de Azambuja foram entregues 10 bilhetes; -----

----- - Grupo Desportivo "Os Águias" foram entregues 10 bilhetes; -----

----- - Clube Desportivo Carapinheirense foram entregues 10 bilhetes; -----

----- - Associação Cultural Desportiva Cultural de Pereira foram entregues 10 bilhetes. -----

----- Propõe-se o pagamento dos 100 bilhetes de ingresso no referido jogo, no montante global de 500,00€". -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a iniciativa "Auto-Estrada da Solidariedade", bem como o pagamento de 500,00€ à Associação Naval 1º de Maio.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- **V. DIVISÃO DE DESPORTO, JUVENTUDE, TEMPOS LIVRES E TURISMO** -----

# **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

## ***Reunião ordinária de 2010 de Março 01***

----- O ponto seguinte foi introduzido na Ordem do Dia. -----

----- 1 – ASSOCIAÇÃO RECREATIVA CULTURAL 3 DE MAIO -----

----- – PEDIDO DE APOIO -----

----- – ORGANIZAÇÃO DE CAMPEONATO DE SNOOKER -----

----- O Presidente da Câmara propôs, ao abrigo do ponto 4.2. Eventos Desportivos do RAAD, a atribuição de um subsídio no valor de 150 € à Associação Recreativa Cultural 3 de Maio, para fazer face a despesas com a aquisição de prémios para o Campeonato de Snooker. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pelo Presidente da Câmara. -----

----- VI – DIVISÃO DE APOIO ESPECIALIZADO -----

----- 1 – STI – SINDICATO DOS TRABALHADORES DOS IMPOSTOS -----

----- – SERVIÇOS DE FINANÇAS DE MONTEMOR-O-VELHO -----

----- O Presidente da Câmara deu conhecimento de uma informação dos serviços do teor seguinte: -----

----- “Através do ofício n.º 1581/2010 de 15/02/2010, o Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos apresenta-se a esta Câmara Municipal como sendo um sindicato da Direcção-Geral dos Impostos e que representa cerca de 90% dos seus funcionários. -----

----- Assim, e no exercício das suas funções, informa que existe “... real perigo de a muito curto prazo ser encerrado o Serviço de Finanças...” de Montemor-o-Velho, passando, numa primeira fase, pela redução de 20 para 13 funcionários (incluindo chefias), solicitando, então, a intervenção deste Município. -----

----- Com o intuito de colaborarmos, solicitámos informação estatística complementar acerca das actividades daquela Repartição, ao que o Chefe das Finanças, Sr. Urbano Murta Mendes, simpaticamente nos respondeu com os dados que constam em anexo. -----

----- Assim, e tendo em conta que este concelho é essencialmente rural, onde os contribuintes recorrem maioritariamente aos balcões dos serviços a fim de tratar dos seus assuntos, bem como pelo número de documentos/processos tratados só no passado ano de 2009, e ainda pela conjuntura económica e social do país, somos da opinião que esta Câmara Municipal pode aceder ao pedido e pronunciar-se junto das respectivas entidades, tentando contrariar esta tendência global.” -----

----- A Directora de Departamento afirmou que a documentação que foi distribuída aos senhores Vereadores foi amavelmente facultada pelo senhor Urbano Murta Mendes, Responsável pela Repartição de Finanças do Concelho de Montemor-o-Velho, o qual informou ainda que já tinha conhecimento deste processo e que, na prática, a redução de



# **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

## ***Reunião ordinária de 2010 de Março 01***

funcionários não era de 20 para 13, mas de 16 para 13, atendendo a que alguns já se encontravam ausentes por comissão de serviço ou licença. -----

----- Acrescentou ainda que a situação continuará a ser acompanhada pelos serviços para posterior conhecimento do Executivo Municipal. -----

----- Usou da palavra o Vereador Emílio Torrão dizendo que em relação a este assunto julga que o procedimento é aquele que pensa que o senhor Presidente da Câmara já desencadeou e que é o de falar com o Governo e com o Chefe das Finanças. Devem sindicar a informação junto do Governo, junto do Ministério das Finanças e pretende também demonstrar ao senhor Presidente da Câmara a total solidariedade para com qualquer acção que a Câmara Municipal venha a desenvolver, uma vez que os Vereadores do Partido Socialista não irão fazer nenhuma acção própria. -----

----- Considera que este é um assunto que é transversal para qualquer uma das bancadas mas parece-lhe que têm que tomar uma posição já de força, de empenhamento, uma vez que já estavam habituados, infelizmente, a que os procedimentos sejam dados a conhecer tarde demais. Antes que chova têm que se precaver. -----

----- Parece-lhe que é atitude correcta perante esta situação, é intolerável, inaceitável que Montemor-o-Velho fique sem a Repartição de Finanças, ainda para mais quando há muito trabalho a fazer, para actualizar as matrizes, entre outras coisas, que estão em curso neste momento. -----

----- Desta forma o município tem que tomar uma posição e neste caso julga que é transversal às duas bancadas já de total intolerância perante uma situação destas e quem de direito tem que saber já a posição da Câmara Municipal e o senhor Presidente da Câmara pode usar a intervenção que acabou de fazer. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade que os serviços dêem conhecimento desta deliberação ao Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos, ao Ministério das Finanças e à Direcção Geral de Finanças (Coimbra). -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- **O ponto seguinte foi introduzido na Ordem do Dia.** -----

----- **2 – APRECIACÃO DO “ANEXO AO PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO E O ITECONS” PARA 2010** -----

----- O Presidente da Câmara deu conhecimento do anexo ao Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho e o ITeCons. -----

----- Usou da palavra o Presidente da Câmara dizendo que o ITeCons é uma instituição técnica de qualidade, ligada à Universidade de Coimbra, com um curriculum

# **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

## ***Reunião ordinária de 2010 de Março 01***

extremamente importante e que ao mesmo tempo, devido aos acordos celebrados quer com a Universidade de Coimbra, quer com alguns projectos que foram alvos de candidatura e que foram aprovados, requerem necessariamente e com urgência que continue a haver esta acessória técnica por parte desta instituição.-----

----- Referia-se aos projectos da MOR-ENERGY, aos projectos do Centro de Alto Rendimento e a outras áreas onde a sua competência técnica é fundamental, questões ligadas com a eficiência energética e acústica dos edifícios municipais. -----

----- Defendia claramente a manutenção deste protocolo. A discussão foi “árdua” do ponto de vista dos montantes financeiros, mas muitas vezes há que ter a sensibilidade para modificar a amplitude de intervenção que estes organismos têm e a dimensão dos projectos. -----

----- Reconhecem que o projecto do Centro de Alto Rendimento tem racionalidade de custos enormes. A verdade é que têm custos demasiado baixos na prossecução técnica de todos estes projectos, e por isso entende que se deve manter este protocolo. -----

----- Mais disse que o Protocolo prevê a apresentação de relatórios semestrais que passarão a ser dados a conhecer ao executivo. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar o anexo ao Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho e o ITeCons, que consta como documento anexo à presente acta sob o número sete, relativo ao ano 2010, ratificando a sua assinatura pelo Presidente da Câmara. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

### **ENCERRAMENTO**

----- Terminada a Ordem de Trabalhos, pelas doze horas, foi pelo Presidente da Câmara encerrada a reunião, da qual para constar se elaborou a presente acta, sob a responsabilidade da Directora de Departamento, que vai ser assinada nos termos da Lei, na reunião seguinte. -----

**O PRESIDENTE DA CÂMARA,**

Luís Manuel Barbosa Marques Leal, Dr.

**A DIRECTORA DE DEPARTAMENTO,**

Filomena Maria Colaço Martins, Dr.ª